



**PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL**

**Embargos de Declaração nº: 308408-4      15ª Vara Cível da Comarca de Recife**

**Embargante: Companhia Energética de Pernambuco**

**Embargado: Maria Arruda do Rego**

**Relator: Des. Stênio Neiva Coêlho**

**PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL**

**EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. MATÉRIAS JÁ TRATADAS EM SEDE DE APELAÇÃO CÍVEL. OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO. AUSÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO NUMÉRICO. DESNECESSIDADE. EMBARGOS REJEITADOS. DECISÃO UNÂNIME.**

1. Tratando-se de prequestionamento, é desnecessária a citação numérica dos dispositivos legais, bastando que a questão posta tenha sido decidida.
2. Os embargos declaratórios, mesmo para fins de prequestionamento, só são admissíveis se a decisão embargada estiver eivada de algum dos vícios que ensejariam a oposição dessa espécie recursal, o que não é o caso dos autos.
3. Embargos de Declaração conhecidos e rejeitados.

**ACÓRDÃO**

Vistos, discutidos e votados estes recursos, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da PRIMEIRA Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em **negar provimento** aos embargos de declaração, tudo nos termos dos votos e notas taquigráficas anexas, que passam a fazer parte integrante deste julgamento.

Recife, 01 de julho de 2014.

  
**Stênio Neiva Coêlho**  
Desembargador Relator

**PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL**

**Embargos de Declaração nº: 308408-4      15ª Vara Cível da Comarca de Recife**

**Embargante: Companhia Energética de Pernambuco**

**Embargado: Maria Arruda do Rego**

**Relator: Des. Stênio Neiva Coelho**

**RELATÓRIO/VOTO**

Trata-se de Embargos Declaratórios interpostos em face de acórdão (fl. 130) lavrado nos autos dos Agravos Legais interpostos em face de decisão Terminativa proferida na Apelação Cível de mesmo número, que negou provimento aos Agravos para manter a decisão Terminativa que deu parcial provimento à apelação para reduzir o valor da indenização por danos morais de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

A decisão embargada consignou que, *ipsis litteris*:

“EMENTA: RECURSOS DE AGRAVO LEGAL. DECISÃO TERMINATIVA EM APELAÇÃO CÍVEL. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. DANO MORAL. RECURSOS NÃO PROVIDOS. DECISÃO UNÂNIME.

1. A jurisprudência do STJ é uníssona no sentido de que a inscrição indevida em cadastro restritivo gera dano moral *in re ipsa*, sendo despicienda, pois, a prova de sua ocorrência.
2. Manutenção da indenização relativa ao Dano Moral, com base nos princípios da proporcionalidade e razoabilidade.
3. Recursos não providos. Decisão Unânime.

**ACÓRDÃO**

Visto, discutido e votado este recurso, tombado sob o nº 308408-4, ACORDAM os Desembargadores integrantes da PRIMEIRA Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em **negar provimento** aos agravos, tudo nos termos dos votos e notas taquigráficas anexas, que passam a fazer parte integrante deste julgado.

Recife, 13 de maio de 2014.

**Bartolomeu Bueno**

Desembargador Relator Substituto”

Sem apontar contradição, omissão ou obscuridade, o Embargante alega, em síntese, que é excessivo o valor fixado a título de danos morais.

Por fim, requer que o presente recurso seja conhecido e provido, para que se dê efeito modificativo ao recurso, ou para que se ventile explicitamente as matérias questionadas.

É o relatório.

Os presentes aclaratórios foram intentados também com finalidade de prequestionamento da matéria.

No entanto, ainda que para fins de prequestionamento, o presente recurso apenas seria admissível caso o acórdão embargado estivesse maculado de algum de vício (omissão, contradição ou obscuridade) que ensejasse a oposição desta espécie recursal, haja vista tratar-se de um recurso com fundamentação vinculada.

O Acórdão, objeto do presente Recurso Integrativo, que negou provimento ao recurso de Agravo Legal, encontra-se devidamente coerente e elucidativo.

Cabe mencionar não ser do escopo dos Embargos de Declaração a finalidade de prequestionamento de dispositivos legais, mas, dado o seu caráter integrativo, têm o fito de apenas complementar e/ou esclarecer a decisão embargada quando for preciso sanar eventual omissão, obscuridade ou contradição, o que pode, reflexa e excepcionalmente, acarretar efeito infringente aos aclaratórios.

Frise-se que é dominante na jurisprudência do STJ o entendimento de que o julgador não está obrigado a tecer considerações a respeito de todas as regras jurídicas, pontos e argumentos invocados pelas partes, mas a julgar a questão posta a exame, de acordo com o tema e com a legislação que entender aplicável ao caso concreto. Nesse sentido:

O órgão julgador, para expressar sua convicção, não está obrigado a aduzir comentários a respeito de todos os argumentos levantados pelas partes, quando decidir a causa com fundamentos capazes de sustentar sua conclusão. Precedentes. (STJ, EDcl no MS 4116 / DF, Embargos de Declaração no Mandado de Segurança 1995/0030865-7, Rel. Min<sup>a</sup>. Laurita Vaz, 3<sup>a</sup> Seção, j. 11/10/2006, DJ 30/10/2006, p. 236).

Ratificando a fundamentação explicitada, bastante elucidativas as decisões do Superior Tribunal de Justiça, abaixo colacionadas:

*EMBARGOS E DECLARATÓRIOS. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. OMISSÃO. AUSÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO NUMÉRICO. DESNECESSIDADE.*

*I- Já é pacífico nesta e. Corte que, tratando-se de prequestionamento, é desnecessária a citação numérica dos dispositivos legais, bastando que a questão posta tenha sido decidida.*

*II- Os embargos declaratórios, mesmo para fins de prequestionamento, só são admissíveis se a decisão embargada estiver eivada de algum dos vícios que ensejariam a oposição dessa espécie recursal, o que não é o caso dos autos. Embargos declaratórios rejeitados.*

*(EDcl no RMS 18.205/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 18/04/2006, DJ 08/05/2006, p. 240) (grifos acrescidos)*

*PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA. RECURSO MANIFESTAMENTE PROTELATÓRIO. MULTA.*

*1. Os embargos de declaração somente são cabíveis quando presente, ao menos, uma das hipóteses previstas no art. 535 do Código de Processo Civil.*

*2. A contradição que autoriza os embargos de declaração é aquela interna ao acórdão, imanente ao próprio conteúdo do julgamento.*

*3. A reiterada oposição de embargos de declaração, à míngua de efetiva obscuridade, omissão, contradição ou erro material, evidencia o caráter manifestamente procrastinatório do recurso, o que autoriza a imposição da multa prevista no art. 538, parágrafo único, do Código de Processo Civil.*

*4. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça está consolidada no sentido de que os embargos declaratórios, mesmo quando opostos com o intuito de prequestionamento visando à interposição do apelo extraordinário, não podem ser*

*acolhidos quando inexístirem os vícios previstos no art. 535 do Código de Processo Civil.*

**5. Embargos de declaração rejeitados, com aplicação de multa (art. 538, parágrafo único, do CPC).**

*(EDcl nos EDcl nos EDcl no AgRg nos EREsp 440.110/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 23/05/2012, DJe 04/06/2012) (grifos acrescidos)*

Ademais, as questões postas na lide recursal foram examinadas e decididas, não havendo omissão, contradição ou obscuridade no julgado, cujo resultado desfavoreceu a posição sustentada pela embargante.

Outrossim, conforme se observa do próprio requerimento da embargante, a mesma deseja revisitar o julgado, não sendo esse o objetivo do presente recurso.

Como se vê, não há vício a ser sanado por intermédio dos presentes aclaratórios.

Outrossim, o Supremo Tribunal Federal, em sucessivos e recentes julgamentos, vem decidindo que “Os embargos de declaração destinam-se, precipuamente, a desfazer obscuridades, a afastar contradições e a suprir omissões que eventualmente se registrem no Acórdão proferido pelo Tribunal”, revelando-se incabíveis “quando, inexistentes os vícios que caracterizam os pressupostos legais de embargabilidade (CPC, art. 535), vem tal recurso com desvio de sua específica função jurídico-processual, a ser utilizado com a finalidade de instaurar, indevidamente, uma nova discussão sobre a controvérsia jurídica já apreciada pelo Tribunal...” (RTJ 173/29, junho/2000).

Por tais fundamentos, **rejeito** os presentes Embargos Declaratórios.

É como voto.

Recife, 01 de julho de 2014.

  
**Stênio Neiva Coêlho**  
Desembargador Relator